

120 OS IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: JUSTA CAUSA EM DECORRÊNCIA DE VAZAMENTO DE DADOS

Gabriela Dorigão Valério

Graduanda Unicesumar, gabrieladorigao@hotmail.com

Me. Okçana Yuri Rodrigues Carvalho

Mestre, Professora-orientadora, okcana.rodrigues@docentes.unicesumar.edu.br

INTRODUÇÃO:

A crescente digitalização e o avanço tecnológico têm desafiado a proteção dos dados pessoais em várias esferas, incluindo o ambiente de trabalho. Nesse contexto, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) surge como uma resposta legislativa para estabelecer diretrizes claras sobre o tratamento responsável dessas informações. Este projeto de pesquisa se propõe explorar as interações entre a LGPD e as relações trabalhistas, com foco especial no tema da justa causa em decorrência de vazamento de dados.

A relevância desse estudo reside na necessidade de compreender como as sanções relacionadas ao tratamento de dados pessoais podem impactar as relações laborais. Com a entrada em vigor da LGPD, as empresas se tornaram responsáveis por garantir a segurança e privacidade dos dados de seus funcionários e consumidores, e isto pode influenciar diretamente a aplicação da justa causa em determinadas situações.

É relevante destacar que atualmente as violações à LGPD, tal como o tratamento inadequado de dados pessoais, podem ensejar a aplicação da justa causa nas relações de trabalho. E por ser uma hipótese não prevista no rol de justa causa do trabalhador – previsto pela CTL -, se faz imprescindível a discussão de situações como estas.

É importante reconhecer algumas limitações inerentes ao estudo, como a falta de jurisprudência consolidada devido à recente promulgação da LGPD e a necessidade de considerar as especificidades de cada caso na análise da aplicação da justa causa. Além disso, é fundamental destacar que a LGPD e a CLT são legislações distintas, o que pode gerar interpretações diversas e eventual conflito de normas em determinadas situações.

Apesar das limitações, este estudo busca fornecer uma análise abrangente e fundamentada sobre a interação entre a LGPD e as relações trabalhistas, contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área e para uma aplicação mais eficaz e justa das leis trabalhistas e de proteção de dados pessoais.

PROBLEMA DE PESQUISA: O problema central deste projeto consiste em investigar a relação entre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a aplicação da justa causa nas relações trabalhistas. O foco está em compreender como as violações à LGPD afetam a decisão de aplicar justa causa em situações relacionadas ao tratamento inadequado de dados pessoais por parte dos funcionários. Para isso, será necessário examinar minuciosamente as disposições da LGPD e da CLT, além de analisar casos concretos e jurisprudência, a fim de elucidar as implicações legais e os desdobramentos nas relações de trabalho diante desse cenário de crescente importância e complexidade.

OBJETIVO: O objetivo desta pesquisa é realizar uma análise detalhada sobre a aplicação da justa causa em situações de vazamento de dados nas relações trabalhistas,

considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Pretende-se examinar as normas pertinentes, identificar as sanções previstas, investigar medidas preventivas para evitar violações da LGPD, analisar casos jurisprudenciais relevantes e estabelecer um entendimento claro sobre as responsabilidades dos empregadores e funcionários nesse contexto. Esses objetivos guiam a pesquisa, proporcionando uma visão abrangente e esclarecedora sobre os desdobramentos legais e práticos do desligamento por justo motivo em casos de violação da LGPD no ambiente de trabalho.

METODOLOGIA: Na condução deste projeto de pesquisa, adotaremos uma abordagem metodológica integrada que combina elementos da pesquisa bibliográfica, análise jurisprudencial e estudo de caso específico. Por meio da revisão extensiva da legislação pertinente, estudos acadêmicos e publicações especializadas, buscaremos compreender as bases teóricas e legais da LGPD e da CLT relacionadas ao vazamento de dados no ambiente de trabalho. Além disso, examinaremos decisões judiciais relevantes e realizaremos um estudo de caso específico para entender como essas questões são aplicadas na prática. A discussão doutrinária complementará nossa análise, fornecendo entendimentos adicionais sobre as implicações legais e práticas do vazamento de dados nas relações trabalhistas.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Em estudos preliminares, os resultados alcançados por meio deste estudo sobre a intersecção entre a LGPD e as relações trabalhistas revelam implicações significativas para a prática empresarial e jurídica. Ao examinar detalhadamente as disposições da LGPD e da CLT, é possível identificar que o vazamento de dados pode ser considerado uma falta grave, sujeita à rescisão do contrato de trabalho por justa causa, conforme estabelecido no artigo 482 da CLT. Isso implica dizer que a violação de normas de proteção de dados, como a divulgação não autorizada de informações confidenciais da empresa, pode resultar em consequências sérias para o empregado. Além disso, enfatizou-se a responsabilidade do empregador na adoção de medidas preventivas para evitar violações de dados, destacando a necessidade de políticas de segurança robustas, treinamento adequado para os funcionários e obtenção de consentimento adequado para o tratamento de dados, especialmente no caso de dados de empregados menores de idade. Esses resultados não apenas contribuem para uma compreensão mais profunda das implicações legais do tratamento de dados pessoais no ambiente de trabalho, mas também orientam na formulação de políticas de conformidade e boas práticas, promovendo um ambiente de trabalho seguro e ético.

REFERÊNCIAS:

COTS, Márcio. **Lei Geral de Proteção de Dados comentada**. 3.ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

LIMA, Adriane; ALCASSA, Flávia; PAPPERT, Milena. **LGPD no direito do trabalho**. São Paulo: Expressa, 2022.

MIZIARA, Raphael; MOLLICONE, Bianca; PESSOA, André. **Reflexos da LGPD no Direito e no Processo do Trabalho**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de dados pessoais comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD)**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.